



Roberta Borges Bravo Antunes

**Impacto da Covid-19 na participação de
mulheres no mercado de trabalho brasileiro**

Monografia

Monografia apresentada ao Programa de Graduação em Economia do Departamento de Economia da PUC-Rio como requisito parcial para finalização do curso de Economia.

Orientadora : Profa. Wasmália Bivar
Coorientador: Prof. Francisco Luna Santos

Rio de Janeiro
Junho de 2024

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

Roberta Borges Bravo Antunes

Ficha Catalográfica

Antunes, Roberta

Impacto da Covid-19 na participação de mulheres no mercado de trabalho brasileiro / Roberta Borges Bravo Antunes; orientadora: Wasmália Bivar; coorientador: Francisco Luna Santos. – 2024.

37 f: il. color. ; 30 cm

Monografia (graduação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia, 2024.

Inclui bibliografia

1. Economia – Monografia. 2. Desigualdade. 3. Gênero. 4. Mulheres. 5. Mercado de Trabalho. I. Bivar, Wasmália. II. Luna Santos, Francisco. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Economia. IV. Título.

CDD: 004

Agradecimentos

Gostaria de expressar minha sincera gratidão à minha orientadora, Profa. Wasmália Bivar, por sua orientação, apoio e valiosas contribuições ao longo deste trabalho. Sua expertise e dedicação foram fundamentais para a realização desta monografia.

Agradeço também ao meu coorientador, Prof. Francisco Luna, por sua presença e apoio.

Aos meus amigos, Rafael e Beatriz. Um agradecimento especial ao meu amigo Marcelo, por sua amizade e incentivo durante todo o processo.

Ao meus irmãos e meu sobrinho, pelo amor que tiveram comigo ao longo dos anos e pela influência positiva em minha formação acadêmica.

E, especialmente, ao meu marido Vitor, por seu apoio incondicional, pela companhia em todos os momentos e pela parceria que temos um pelo outro. Sem ele, este trabalho não teria sido possível.

Resumo

Antunes, Roberta; Bivar, Wasmália; Luna Santos, Francisco. **Impacto da Covid-19 na participação de mulheres no mercado de trabalho brasileiro**. Rio de Janeiro, 2024. 37p. Monografia – Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O objetivo deste trabalho é analisar os determinantes da participação da mulher no mercado de trabalho, em um contexto pós pandemia, e avaliar em que medida as escolhas das mulheres estão limitadas por barreiras. Mostrando como os efeitos econômicos da Covid-19 foram desiguais entre os gêneros, onde a pandemia interrompeu a tendência de maior inserção feminina na vida profissional e a recuperação foi mais rápida para os homens. Nos atentamos para a existência de segmentação das ocupações de acordo com o sexo, o tipo de inserção da mulher no mercado de trabalho, e para isso consideramos tanto as posições na ocupação quanto a duração da jornada de trabalho.

Palavras-chave

Desigualdade; Gênero; Mulheres; Mercado de Trabalho.

Abstract

Antunes, Roberta; Bivar, Wasmália (Advisor); Luna Santos, Francisco (Co-Advisor). **Impact of Covid-19 on women's participation in the Brazilian labor market**. Rio de Janeiro, 2024. 37p. Monografia – Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The objective of this work is to analyze the determinants of women's participation in the labor market in a post-pandemic context, and assess the extent to which barriers limit women's choices. Shows how the economic effects of Covid-19 were unequal between genders, where the pandemic interrupted the trend of more significant female insertion in professional life, and the recovery was faster for men. We pay attention to the existence of segmentation of occupations according to sex and the type of women's insertion in the job market. For this, we consider both the occupation positions and the working day's length.

Keywords

Inequality; Gender; Women; Labor Market.

Sumário

1	Introdução	10
2	Relações de trabalho e gênero	12
2.1	Desigualdade de gênero: apontamentos da literatura	12
2.2	Efeito da pandemia no mercado de trabalho	14
3	Dados e Metodologia	20
4	Análise comparativa dos determinantes da participação na força de trabalho	24
4.1	Taxa de Participação	24
4.2	Taxa de Desemprego	26
4.3	Taxa de Ocupação	27
5	Conclusão	33
6	Referências bibliográficas	36

Lista de figuras

Figura 3.1	Divisões do mercado de trabalho.	21
Figura 4.1	Taxa de participação por sexo (2016-2023) (em %)	25
Figura 4.2	Taxa de desemprego por sexo (2016-2023) (em %)	27
Figura 4.3	Percentual de ocupados por sexo (2016-2023) (em %)	28
Figura 4.4	Percentual de mulheres ocupadas por raça/cor (2016-2023) (em %)	29
Figura 4.5	Percentual de mulheres ocupadas por escolaridade (2016-2023) (em %)	30
Figura 4.6	Percentual de mulheres ocupadas por setor econômico (2016-2023) (em %)	32

Lista de tabelas

Tabela 4.1 Grupamentos Ocupacionais e de Atividade

32

Lista de Abreviaturas

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Covid-19 – Doença do Coronavírus 2019

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física

GDP – Produto Interno Bruto

ILO – Organização Internacional do Trabalho (International Labour Organization)

OMS – Organização Mundial da Saúde

1

Introdução

A pandemia de Covid-19 trouxe desafios sem precedentes para o mercado de trabalho global, impactando de maneira diferenciada homens e mulheres. No Brasil, esses impactos evidenciaram e, em muitos casos, acentuaram as desigualdades de gênero já existentes. A análise do impacto da pandemia na participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro é essencial para compreender a profundidade e as especificidades dessas desigualdades e para formular políticas públicas que promovam a igualdade de gênero.

Estudos anteriores demonstram que a participação das mulheres no mercado de trabalho é frequentemente condicionada por uma série de barreiras estruturais, culturais e econômicas. Antes da pandemia, o Brasil já apresentava significativas disparidades de gênero no emprego, com mulheres enfrentando maiores taxas de desemprego e ocupando, em sua maioria, posições menos remuneradas e mais precárias (SOUZA, 2016a; SOARES; OSÓRIO, 2006). A pandemia exacerbou essas condições, levando a um aumento no desemprego feminino e a uma recuperação mais lenta em comparação aos homens (GOLDIN; KERR; OLIVETTI, 2021a; ALON et al., 2020a).

Esta monografia tem como objetivo analisar a participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro de 2016 a 2023, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). A análise se concentra nos determinantes da participação na força de trabalho, com foco em indicadores como taxa de participação, taxa de ocupação e taxa de desemprego, além de considerar aspectos como raça/cor, nível de escolaridade e setores de atividade econômica.

A escolha do ano 2020 como o período de tratamento é fundamentada pelo impacto significativo da Covid-19, que resultou em uma retração acentuada da economia e do mercado de trabalho. A comparação com os anos an-

teriores e posteriores à pandemia permite identificar as mudanças estruturais no mercado de trabalho feminino e avaliar a recuperação econômica diferencial entre homens e mulheres.

Os resultados esperados desta análise incluem a identificação de quais grupos de mulheres foram mais penalizados pela pandemia, a compreensão das barreiras enfrentadas para a reintegração ao mercado de trabalho e a oferta de gráficos e números baseados na PNAD Contínua que possibilitem, no futuro, traçar medidas que busquem resolver ou atenuar o problema. Espera-se, assim, contribuir para um debate informado sobre a situação atual e fornecer uma base sólida para discussões futuras sobre como melhorar a igualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro.

Nos próximos capítulos, a monografia está estruturada da seguinte maneira: no capítulo 2, são discutidas as relações de trabalho e gênero, com uma revisão da literatura sobre desigualdade de gênero e o efeito da pandemia no mercado de trabalho. O capítulo 3 apresenta a fonte de dados e a metodologia utilizada na pesquisa. No capítulo 4, é realizada uma análise comparativa dos determinantes da participação na força de trabalho, com foco em indicadores como taxa de participação, taxa de desemprego e taxa de ocupação. Finalmente, o capítulo 5 traz as conclusões e considerações finais, destacando os principais achados.

2

Relações de trabalho e gênero

Este capítulo foi dividido em duas seções, as quais podem ser compreendidas independentemente, mas que se complementam e esclarecem uma à outra. A primeira parte cumpre um papel introdutório, que busca contextualizar historicamente a relação da mulher no mercado de trabalho brasileiro. Na segunda parte, é abordado os impactos e desafios enfrentados pela força de trabalho feminina no período durante e após a pandemia da Covid-19.

2.1

Desigualdade de gênero: apontamentos da literatura

A desigualdade de gênero no mercado de trabalho é um desafio significativo no Brasil. Historicamente, as mulheres têm recebido remuneração menor que a dos homens, perpetuando a desigualdade de gênero. Uma parcela significativa da força de trabalho feminina encontra-se no setor informal, enfrentando instabilidade profissional e escasso acesso a direitos trabalhistas.

Souza (SOUZA, 2016b) em seu estudo revela que só, a partir de 1994 (Decreto 1.041/1994, seção II), os casais puderam ter total liberdade para escolher entre declaração conjunta e em separado, no IRPF. De 1965 a 1988, o percentual de mulheres casadas declarantes aumentou de 1,5% para quase 12%. Desde então, a proporção de mulheres entre os declarantes cresceu de 15–20% para 25–30% até o final dos anos 80. Desde 2005, as mulheres equivalem a cerca de 40% das declarações. E essa maior presença de mulheres no IRPF reflete à sua entrada maciça no mercado de trabalho.

O coeficiente de Gini é uma medida estatística usada para representar o grau de concentração de renda. Além disso, é frequentemente usado como um indicador de desigualdade econômica e social dentro de países ou regiões, ajudando a ilustrar a disparidade entre indivíduos ou famílias em termos de renda. Segundo Soares (SOARES et al., 2006), há uma tendência de queda

desde a segunda metade dos anos 1970, que se torna mais pronunciada a partir da década de 1990 e persiste até meados dos anos 2000, estabilizando-se depois de 2006. Há, nesse caso, uma força estrutural de longo prazo em ação: a entrada progressiva das mulheres no mercado de trabalho, que, ao provocar a redução do percentual da população adulta sem rendimentos, contribuiu para diminuir a desigualdade medida pelo coeficiente de Gini. O aumento gradual, desde a década de 1960, de cerca de 1 p.p. por ano no percentual de mulheres com rendimentos próprios contrabalançou inclusive a tendência para maior desigualdade verificada nos anos 1980 em diversos estudos que analisaram a renda domiciliar per capita ou os rendimentos do trabalho dos ocupados.

Segundo Souza (SOUZA, 2016b), a partir da década de 1990, a discrepância entre esses dois Ginis desaparece, ainda que o indicador calculado para a população adulta como um todo caia sempre um pouco mais rápido. Isso nos mostra, que a expansão da força de trabalho remunerada e outros fatores – como melhoria do nível educacional e diminuição das desigualdades de acesso à educação, menor segmentação regional, valorização do salário mínimo e expansão das transferências sociais, entre outros – contribuíram para uma queda prolongada de cerca de 15% no coeficiente de Gini observado entre 1995 e 2013. A desigualdade realmente recuou, só que permanece alta e seu ritmo de queda foi muito mais lento do que o imaginado, com aparente esgotamento a partir da segunda metade dos anos 2000.

A recente pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (International Labour Organization, 2020) revelou que, apesar de pequenas melhorias, a igualdade de gênero no emprego e nas condições laborais quase não avançou nas últimas duas décadas. O estudo introduziu um novo índice, o Jobs Gap, que capta todas as pessoas sem trabalho que estão interessadas em encontrar um emprego, destacando uma realidade mais desafiadora para as mulheres no mercado de trabalho em comparação com os homens. De acordo com o estudo, 15% das mulheres em idade ativa em todo o mundo gostariam de trabalhar,

mas não têm emprego, em comparação com 10,5% dos homens. Essa diferença de gênero permaneceu quase inalterada por duas décadas (2005-2022). Nos países em desenvolvimento, a dificuldade para mulheres encontrarem emprego é mais acentuada, com quase 25% nas nações de menor renda sem trabalho, em comparação com 16,6% dos homens. As obrigações domésticas e de cuidado, que caem majoritariamente sobre as mulheres, limitam sua capacidade de buscar ativamente emprego ou estar disponíveis para trabalhar imediatamente. Essa realidade faz com que muitas mulheres necessitadas de emprego não sejam contabilizadas nas estatísticas oficiais de desemprego.

As desigualdades de gênero se estendem além do acesso ao trabalho, afetando a qualidade do emprego disponível. Enquanto ambos os gêneros podem se encontrar em posições vulneráveis, as mulheres são frequentemente sub-representadas em certas categorias de trabalhos precários e mais inclinadas a participar de tarefas domésticas ou ajudar em empresas familiares do que empreender por conta própria. Esta exposição a empregos menos estáveis e a menores taxas de emprego contribui para a disparidade salarial, onde, globalmente, as mulheres ganham significativamente menos que os homens por trabalho semelhante. A disparidade salarial significativa entre os gêneros é atribuída tanto à menor taxa de emprego das mulheres quanto aos seus salários reduzidos em comparação aos dos homens quando empregadas. As estimativas recentes enfatizam a extensão dessas disparidades de gênero no mercado de trabalho, sublinhando a necessidade crítica de incrementar a presença feminina no emprego. É fundamental ampliar o acesso das mulheres a diferentes ocupações e abordar as diferenças marcantes na qualidade dos empregos que elas enfrentam.

2.2

Efeito da pandemia no mercado de trabalho

A pandemia da Covid-19, promete ter impactos significativos e ainda indefinidos em todos os âmbitos da sociedade. Economicamente, e especialmente

no mercado de trabalho, espera-se uma recessão substancial mundialmente. Contudo, as evidências atuais mostram que o impacto da crise varia consideravelmente, dependendo das características individuais dos trabalhadores, de suas funções ocupacionais e da natureza dos seus contratos de trabalho (ADAMS-PRASSL et al., 2020).

A necessidade de isolamento social devido à pandemia, alterou profundamente o cotidiano global. Além dos impactos na saúde, na economia e no bem-estar psicossocial, pesquisas focadas em gênero, como a de Kruks (2021), evidenciam vulnerabilidades acentuadas que sublinham a urgência de revisitar questões de gênero, considerando também as dimensões de classe e raça.

Diversos estudos têm evidenciado a existência de desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Essas desigualdades se revelam em todos os países, sendo mais agravada nos países em desenvolvimento (JESUS, 2017). Ao longo dos anos vem sendo avaliado a posição da mulher no mercado de trabalho e nos estudos busca-se entender e explicar, utilizando diferentes variáveis, as desvantagens que a mulher possui no mercado de trabalho, em relação ao homem. A busca pela igualdade de oportunidades e condições no mercado de trabalho para mulheres ainda é um problema em aberto.

Neste contexto já desproporcional entre homem e mulher, surgiu a pandemia da Covid-19, que chegou e potencializou a diferença que já existia e deixou a mulher em uma posição de ainda maior desvantagem.

Para poder embasar a discussão sobre como a pandemia afetou a mulher no mercado de trabalho, primeiro precisa-se entender o contexto anterior que já vem sendo documentado há anos. Com este objetivo, este trabalho escolheu algumas pesquisas que nos ajudam a entender como a posição da mulher já era afetada negativamente no mercado de trabalho e quais variáveis mais influenciaram.

O estudo de Claudia Goldin (GOLDIN; KERR; OLIVETTI, 2021b) destaca o impacto significativo da maternidade na posição das mulheres no mer-

cado de trabalho. Ela identifica duas lacunas importantes: a penalidade da maternidade, que reflete a disparidade nos ganhos e nas horas trabalhadas entre mulheres com e sem filhos, e a desigualdade de gênero na parentalidade, que evidencia resultados distintos entre mães e pais. Além disso, Goldin observa que mulheres com filhos pequenos tendem a trabalhar menos, mas à medida que seus filhos crescem, aumentam suas horas de trabalho e alcançam posições mais bem remuneradas, reduzindo a penalidade da maternidade. No entanto, os pais mantêm consistentemente vantagens, ganhando mais por filho, enquanto as mães enfrentam uma perda persistente, destacando as desvantagens enfrentadas pelas mulheres, especialmente as mães em comparação com os homens no mercado de trabalho.

Outro trabalho de Goldin (GOLDIN, 2022), mais focado no efeito da pandemia na participação da mulher no mercado de trabalho, entra em mais detalhes quando o assunto é o efeito da maternidade. O trabalho diz que a desvantagem está especialmente nas mães de crianças em idade escolar e mais jovens, nas mulheres negras e hispânicas, nas mães solteiras e nas filhas adultas que cuidam de pais idosos. O estudo de Goldin mostra que essas mulheres, que compõem quase metade da força de trabalho dos Estados Unidos, enfrentaram desafios significativos devido ao fechamento de escolas e à incerteza em torno da data para reabertura total em 2021. Durante a pandemia, as questões de cuidado e educação ganharam destaque como meio de impulsionar a recuperação econômica. A importância crítica dessas questões reflete o fato de que a maioria das mulheres entre 25 e 54 anos está na força de trabalho, sendo que metade delas tem filhos menores de 18 anos. Essa situação trouxe à tona a centralidade do cuidado e da educação infantil para as mulheres. Paralelamente, Goldin destaca que a última vez na história dos EUA em que o cuidado infantil foi considerado essencial para a saúde econômica do país foi durante a Segunda Guerra Mundial, quando as mães foram mobilizadas para o mercado de trabalho para atender às demandas da produção de guerra.

Nesse caso torna-se importante para a discussão deste trabalho verificar como as mulheres e mães de diferentes raças com filhos de diferentes idades foram afetadas pela pandemia no Brasil.

Além da penalidade por ter filhos, existe outra que vale a pena citar, que é entender um pouco sobre a relação entre gênero e o seu respectivo setor predominante no mercado de trabalho. Por exemplo, Alon (ALON et al., 2020b) mostra que os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre as mulheres em comparação com homens são distintos dos observados em outras recessões econômicas. Nas recessões recentes, como a crise financeira de 2008 (DRAGO; MOURA; MARCHI, 2017), as perdas de emprego para os homens foram significativamente maiores do que para as mulheres. Isso se deve, em parte, ao fato de que mais homens trabalham em setores fortemente afetados por uma recessão econômica "padrão", como manufatura e construção, enquanto o emprego das mulheres está concentrado em setores mais relacionados com o cuidado e contato humano, como saúde e educação (BARBOSA; COSTA; HECKSHER, 2020). Em contraste com as recessões econômicas "padrão", a pandemia da Covid-19 tem um impacto significativo em ocupações de serviços com altas taxas de emprego feminino, como restaurantes e hospitalidade. Essa análise ressalta particularidades da pandemia, divergindo das tendências observadas em recessões anteriores, e destaca as desigualdades de gênero acentuadas no contexto econômico em evolução.

No contexto brasileiro segundo Macedo (MACEDO; PINHEIRO, 2022), assim como globalmente, a participação feminina na força de trabalho também esteve em desvantagem em relação a masculina. Embora a disparidade tenha diminuído ao longo das décadas, durante a pandemia da Covid-19, houve um retrocesso nesse cenário. Antes da crise, segundo Macedo, a diferença era de 16 p.p. em 2019, mas aumentou para 19 p.p. no auge do isolamento social, no segundo trimestre de 2020. O arcabouço teórico sobre trabalho e gênero, juntamente com estudos sobre a situação laboral das mulheres no Brasil,

previa o impacto negativo da pandemia na participação feminina na força de trabalho. A percepção social do trabalho feminino como secundário facilitou a ruptura ou precarização de vínculos trabalhistas durante a pandemia. Além disso, às mulheres é socialmente atribuído o trabalho reprodutivo, que foi uma função severamente afetada pela pandemia por causa da desestruturação das redes de cuidado, o fechamento de serviços e a redução do trabalho doméstico remunerado. Este cenário reforça a ideia de que mulheres com filhos foram particularmente impactadas durante a pandemia, concordando com a observação dos estudos citados acima.

No que diz respeito à participação da mulher no mercado de trabalho, outros estudos corroboram a importância do nível de escolaridade como uma variável significativa. A pesquisa de Barbosa et al. (BARBOSA; COSTA; HECKSHER, 2020) destaca diferenciais relevantes, especialmente por escolaridade. Observa-se, com a chegada da crise, que possuir ensino médio incompleto ou menos implica uma probabilidade de 15% de transitar para o desemprego, representando um aumento de 4 p.p. em relação ao ano anterior (antes da Covid-19). Esses dados ressaltam a relevância do nível educacional como um fator determinante durante a pandemia nas dinâmicas do mercado de trabalho para as mulheres.

A relevância do nível de escolaridade como fator determinante na participação da mulher no mercado de trabalho pode ser explicada, em parte, pela possibilidade de empregos que oferecem a opção de trabalho remoto. Indivíduos com maior escolaridade muitas vezes têm acesso a profissões que permitem essa flexibilidade, como evidenciado na pesquisa de Barbosa et al. Esse contexto destaca a importância não apenas da educação em si, mas também das oportunidades de emprego associadas a níveis mais elevados de escolaridade.

Assim, chegamos a uma síntese elaborada por meio de diversos estudos citados ao longo deste capítulo, explorando variáveis como a penalidade da maternidade, a correlação entre a ocupação em setores do mercado de

trabalho, o gênero e o nível de escolaridade, evidenciando as desvantagens enfrentadas pelas mulheres em relação aos homens no contexto laboral. Tais elementos desempenharam um papel crucial ao acentuar os impactos adversos da pandemia da Covid-19, particularmente para as mulheres.

3

Dados e Metodologia

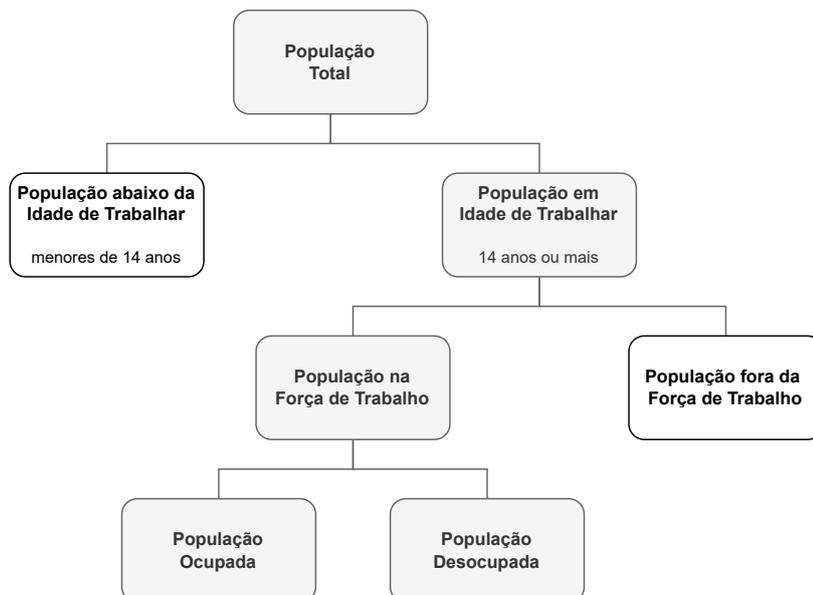
A metodologia deste estudo será baseada em uma análise longitudinal e comparativa dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), disponibilizadas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise visa identificar o impacto da pandemia da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro, com ênfase nas diferenças ocupacionais entre homens e mulheres.

Os dados utilizados neste estudo serão extraídos da PNAD Contínua, uma pesquisa amostral realizada pelo IBGE. A PNAD Contínua coleta informações sobre a força de trabalho e outras variáveis socioeconômicas por meio de entrevistas domiciliares. A pesquisa é desenhada para fornecer uma visão detalhada das flutuações e tendências do mercado de trabalho no Brasil.

Para este trabalho, serão utilizados os dados do segundo trimestre dos anos de 2016 a 2023. A escolha do segundo trimestre de 2020, como período central da análise, se deve ao intenso isolamento social causado pela pandemia da Covid-19, resultando na menor presença de mulheres e homens no mercado de trabalho. A comparação com os mesmos trimestres dos anos anteriores e posteriores permitirá avaliar o impacto da pandemia. A amostra incluirá indivíduos em idade de trabalhar, definidos como aqueles com 14 anos ou mais de idade (IBGE, 2023). A exclusão de pessoas fora da força de trabalho visa focar a análise na participação ativa no mercado de trabalho.

As divisões do mercado de trabalho utilizadas por esta monografia estão descritas na Figura 3.1.

Figura 3.1: Divisões do mercado de trabalho.



Fonte: Elaboração própria.

Em termos conceituais (IBGE, 2023), na PNAD Contínua, a População em Idade de Trabalho, é classificada em dois subgrupos:

- População na Força de Trabalho: Refere-se ao conjunto de pessoas de uma determinada faixa etária que estão economicamente ativas. Isso inclui tanto aquelas que estão empregadas (ocupadas) quanto aquelas que estão desempregadas (desocupadas), mas que procuram trabalho.
- População fora da Força de Trabalho: Refere-se ao conjunto de pessoas que não estão classificadas como economicamente ativas. Isso inclui indivíduos que não estão trabalhando e não estão procurando trabalho.

Em relação a População na Força de Trabalho temos as seguintes classificações:

- População Ocupada: são classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro ou em produtos, ou

em trabalho sem remuneração direta, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.

- População Desocupadas: são classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho em ocupação nessa semana que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência.

Os principais indicadores utilizados na análise por este trabalho incluem: A Taxa de participação (equação 3-1) mede a proporção de pessoas em idade de trabalhar (com 14 anos ou mais) que estão economicamente ativas, ou seja, que estão empregadas ou procurando emprego. É um indicador da participação da população no mercado de trabalho.

$$\text{Taxa de Participação} = \frac{\text{População na Força de Trabalho}}{\text{População em Idade de Trabalhar}} \times 100 \quad (3-1)$$

A Taxa de Ocupação (equação 3-2) calcula a proporção de pessoas que estão empregadas dentro da força de trabalho total. Esse índice mostra a parte da força de trabalho que efetivamente está trabalhando.

$$\text{Taxa de Ocupação} = \frac{\text{População Ocupada}}{\text{População na Força de Trabalho}} \times 100 \quad (3-2)$$

A Taxa de Desocupação (equação 3-3), ou Taxa de Desemprego, mede a proporção de pessoas que estão desempregadas, mas que estão ativamente procurando emprego, dentro da força de trabalho total.

$$\text{Taxa de Desocupação} = \frac{\text{População Desocupação}}{\text{População na Força de Trabalho}} \times 100 \quad (3-3)$$

Serão realizadas análises comparativas entre os trimestres pré-pandemia (2016-2019), o trimestre de pico da pandemia (2020), e os trimestres pós-pandemia (2021-2023). Além disso, será realizada uma análise descritiva e evolutiva das diferenças ocupacionais entre homens e mulheres, buscando identificar quem foram os mais penalizados pela pandemia, a fim de obter

elementos para uma discussão mais detalhada sobre os fatores que contribuem para a desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

4

Análise comparativa dos determinantes da participação na força de trabalho

Neste capítulo, vamos analisar quais características individuais estão mais associadas à perda de emprego devido à crise econômica causada pela pandemia da Covid-19.

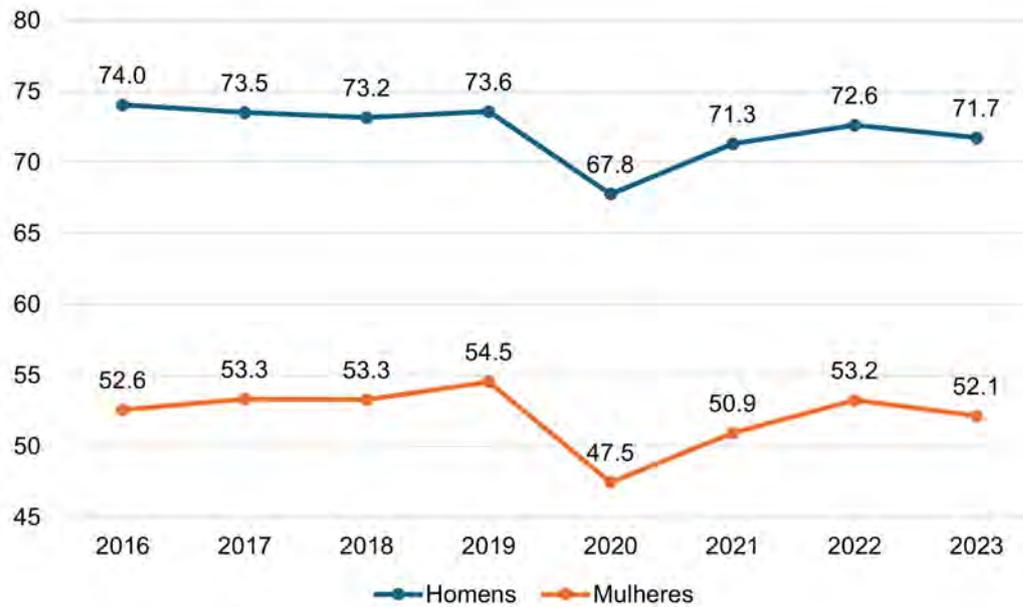
4.1

Taxa de Participação

A taxa de participação mede a relação entre a população em idade de trabalhar e aquela que efetivamente está ocupada ou procurando trabalho. As variações nesta taxa indicam tanto eventos conjunturais quanto processos de longo prazo. Historicamente, as mulheres foram vistas como uma força de trabalho "suplementar" em relação à população masculina adulta, permanecendo geralmente afastadas do mercado de trabalho e entrando nele apenas quando era necessário complementar a renda familiar. Nos últimos anos, no entanto, tem-se observado um aumento progressivo na participação das mulheres no mercado de trabalho.

Mas apesar do crescimento contínuo, a proporção de mulheres trabalhando ou à procura de trabalho no Brasil ainda é bastante inferior à dos homens, que tem se mantido estável ao longo dos últimos anos. Em 2019, um ano antes da Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia (março de 2020), o gráfico 4.1 mostra que enquanto 54,5% das brasileiras participavam do mercado de trabalho, 73,6% dos homens estavam na mesma situação.

Figura 4.1: Taxa de participação por sexo (2016-2023)
(em %)



Fonte: Estimativas próprias baseadas na PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração própria.

O ano de 2020 marca uma queda acentuada na taxa de participação tanto para homens quanto para mulheres, refletindo o impacto da pandemia da Covid-19 no mercado de trabalho. No entanto, a recuperação subsequente mostra uma diferença entre os gêneros.

Em 2021, um ano após o início da pandemia, a taxa de participação dos homens já estava significativamente recuperada, enquanto a das mulheres ainda estava consideravelmente abaixo dos níveis pré-pandemia.

Em 2022, a taxa de participação das mulheres se aproximou dos níveis pré-pandemia, mas ainda não os atingiu completamente. Em 2023, houve uma leve queda, indicando uma recuperação menos estável para as mulheres.

Portanto, os homens, de fato, voltaram ao mercado de trabalho mais rapidamente e de forma mais consistente do que as mulheres no período pós-pandemia. Isso sugere que as mulheres enfrentaram mais dificuldades para retornar ao trabalho ou foram mais afetadas por fatores relacionados à pandemia que dificultaram sua reintegração ao mercado de trabalho.

4.2

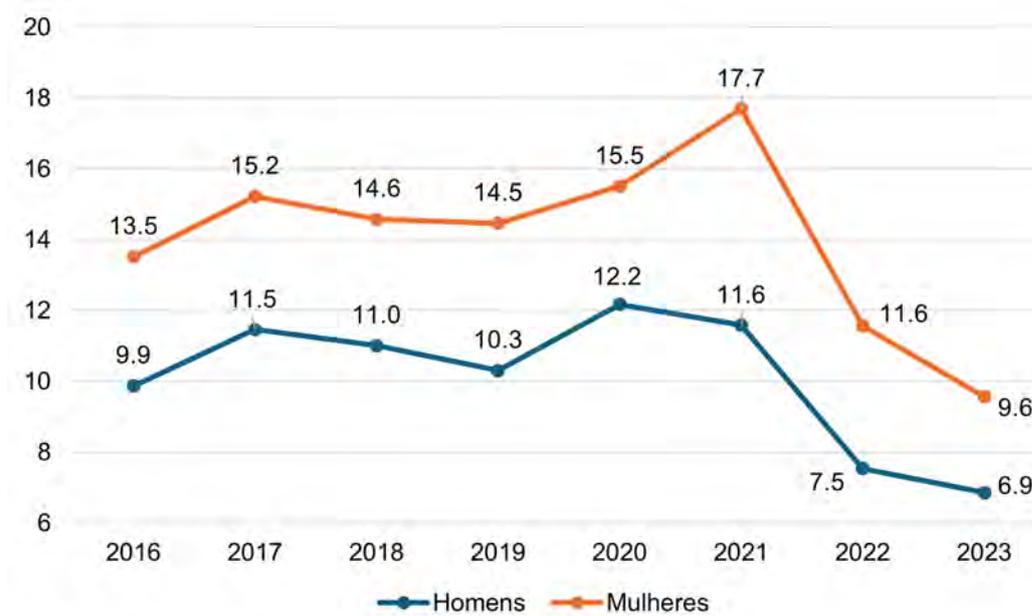
Taxa de Desemprego

A taxa de desemprego marca relevantes diferenças de gênero, o que pode ser observado no gráfico 4.2, que destaca uma persistente desigualdade de gênero no desemprego, com as mulheres consistentemente apresentando taxas mais altas do que os homens. Em 2016, a taxa de desemprego masculina era de 9.9%. Houve um aumento para 11.5% em 2017, seguido por uma leve queda e flutuações até 2019, quando a taxa era de 10.3%. Em 2020, a taxa subiu para 12.2%, mas depois caiu para 11.6% em 2021 e continuou caindo para 7.5% em 2022 e 6.9% em 2023. Já nas mulheres, em 2016, a taxa de desemprego era de 13.5%. Houve um aumento para 15.2% em 2017, seguida de uma leve queda e flutuações até 2019, quando a taxa era de 14.5%. Em 2020, a taxa subiu para 17.7%, mas depois caiu para 11.6% em 2021, 11.6% em 2022 e 9.6% em 2023. Em 2020, houve um aumento do desemprego para todos os grupos, refletindo o impacto da pandemia.

Durante todo o período, as mulheres apresentaram taxas de desemprego mais altas do que os homens, indicando uma maior vulnerabilidade no mercado de trabalho. Em 2023, a diferença entre as taxas de desemprego de homens (6.9%) e mulheres (9.6%) ainda persiste, mas é menor do que nos anos anteriores.

A recuperação no desemprego para ambos os sexos após a pandemia foi significativa, mas as mulheres tiveram uma queda mais acentuada, especialmente entre 2021 e 2022. A taxa de desemprego das mulheres em 2023 (9.6%) mostra que, apesar de uma recuperação mais lenta no início, a desocupação feminina conseguiu diminuir substancialmente, embora ainda seja maior que a dos homens. Homens tiveram uma recuperação contínua e estável, enquanto as mulheres apresentaram uma recuperação rápida após o pico de 2020.

Figura 4.2: Taxa de desemprego por sexo (2016-2023)
(em %)

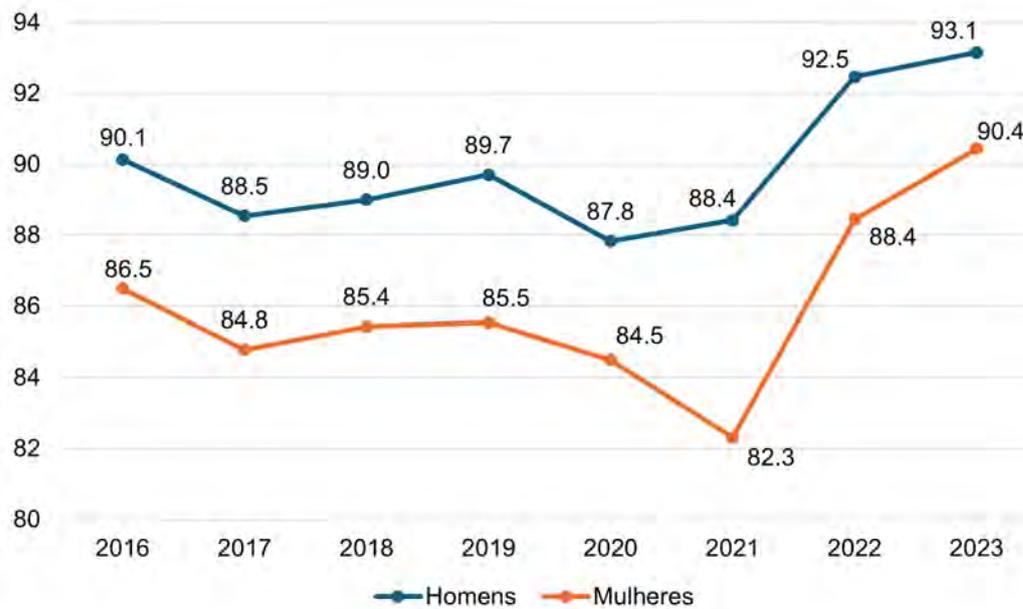


Fonte: Estimativas próprias baseadas na PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração própria.

4.3 Taxa de Ocupação

A evolução da taxa de ocupação reflete as mudanças no desemprego e na participação no mercado de trabalho. No gráfico 4.3, observa-se como a intensidade da queda da taxa de ocupação, em 2020, foi maior do que a ocorrida nos anos pré-pandemia. Durante todo o período, os homens apresentaram taxas de ocupação ligeiramente superiores às das mulheres, mas a diferença não é tão grande. Os homens tiveram uma recuperação em 2021, atingindo 88.4%, e continuou até 93.1% em 2023, mostrando uma forte recuperação e até mesmo superando os níveis pré-pandemia. A recuperação das mulheres também foi significativa, de 82.3% em 2020 para 90.4% em 2023, superando os níveis pré-pandemia. A taxa de ocupação das mulheres em 2023 (90.4%) mostra que, apesar de uma recuperação mais lenta no início, a ocupação feminina conseguiu não só se recuperar como também superar os níveis anteriores à pandemia.

Figura 4.3: Percentual de ocupados por sexo (2016-2023)
(em %)

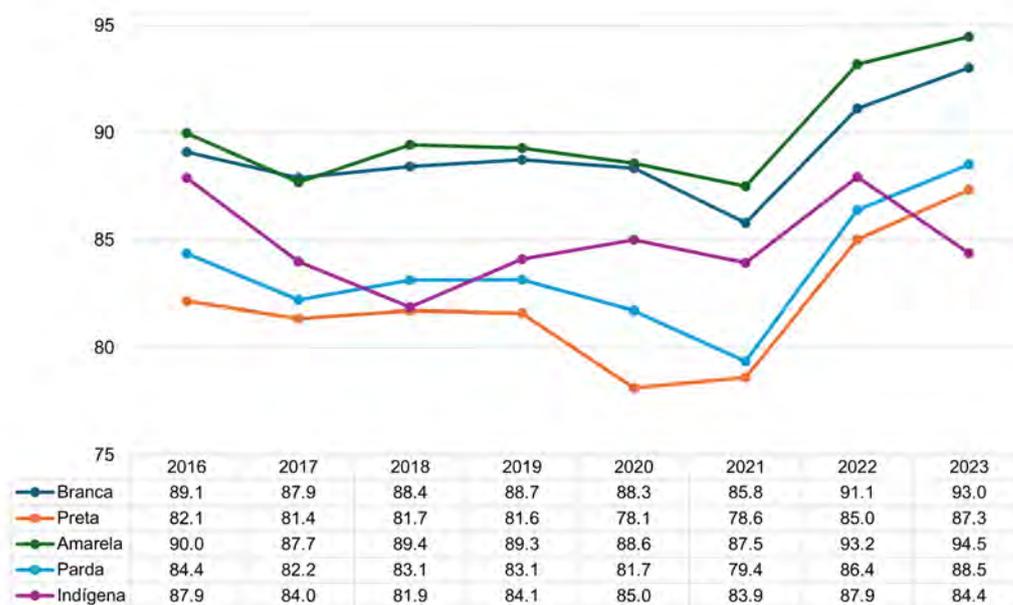


Fonte: Estimativas próprias baseadas na PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração própria.

Nos gráficos 4.4 e 4.5, observa-se que a taxa de ocupação das femininas, marca relevantes diferenças por raça/cor e níveis de instrução. Essas tendências gerais, nos ajudam a identificar quais grupos de mulheres foram mais prejudicados, e discutir a desigualdade racial presente no mercado de trabalho. Todas as categorias de raça/cor mostraram uma queda na taxa de ocupação em 2020, devido à pandemia de Covid-19. Mulheres pretas e pardas foram as mais afetadas, com as menores taxas de ocupação (78.1% e 81.7%, respectivamente). Mulheres pretas e pardas foram as mais prejudicadas pela queda na taxa de ocupação durante a pandemia e apresentaram taxas de ocupação mais baixas consistentemente ao longo dos anos. As mulheres indígenas também enfrentaram uma recuperação menos estável, com flutuações significativas nas taxas de ocupação. O gráfico 4.4 evidencia desigualdades raciais no mercado de trabalho, com mulheres brancas e amarelas apresentando taxas de ocupação mais altas e recuperação mais rápida em comparação com mulheres pretas, pardas e indígenas. Essas disparidades sugerem a existência de barreiras estruturais e

discriminatórias que afetam desproporcionalmente mulheres de cor no mercado de trabalho.

Figura 4.4: Percentual de mulheres ocupadas por raça/cor (2016-2023) (em %)

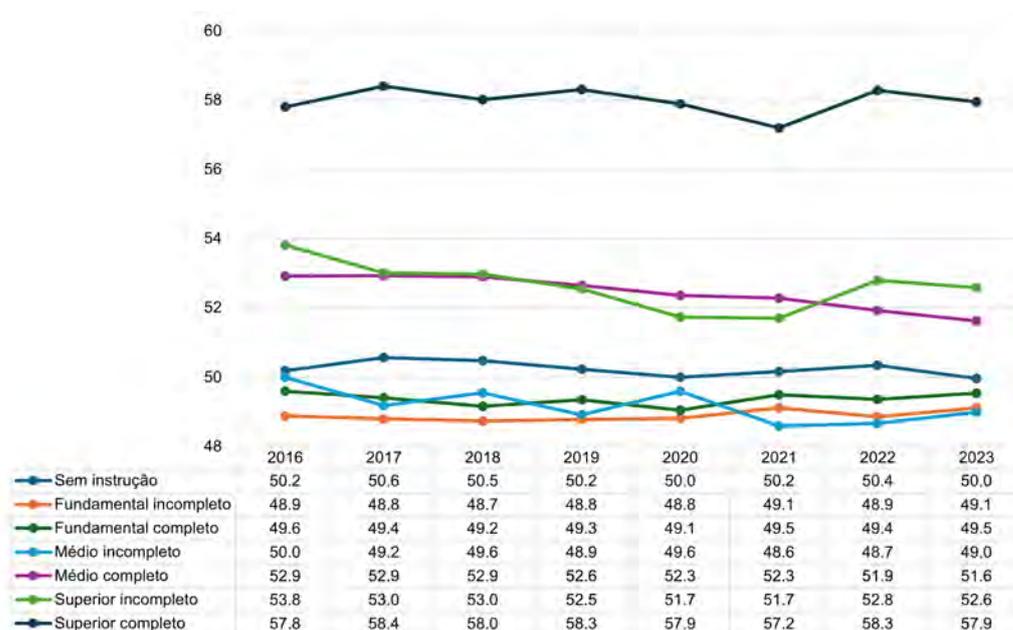


Fonte: Estimativas próprias baseadas na PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração própria.

Já o nível de escolaridade, não pode ser considerado uma das causas das desvantagens das mulheres para a obtenção de oportunidades melhores. Analisando o gráfico 4.5, notamos que não houve uma queda acentuada em 2020, em nenhum dos níveis de instrução, sugerindo que a pandemia não afetou drasticamente as taxas de ocupação femininas baseadas no nível de instrução. Pequenas flutuações são observadas, mas a tendência geral permanece estável. As mulheres com superior completo consistentemente apresentam as taxas de ocupação mais altas, indicando uma correlação positiva entre nível de instrução e empregabilidade. As mulheres com fundamental incompleto têm as menores taxas de ocupação, sugerindo uma correlação negativa entre baixa escolaridade e oportunidades de emprego. O gráfico 4.5 destaca a importância da educação na empregabilidade feminina. Mulheres com maior nível de instrução, especialmente aquelas com ensino superior completo, têm melhores

oportunidades de emprego.

Figura 4.5: Percentual de mulheres ocupadas por escolaridade (2016-2023) (em %)



Fonte: Estimativas próprias baseadas na PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração própria.

No gráfico 4.6, é apresentado o percentual de mulheres ocupadas por setor econômico.

1. Setores com alta ocupação feminina:

Educação, saúde humana e serviços sociais (Área 9): apresenta consistentemente a maior taxa de ocupação feminina ao longo dos anos, variando entre 75.4% e 76.9%. Isso reflete a alta concentração de mulheres em profissões de educação e saúde.

Serviços domésticos (Área 11): também mostra uma alta taxa de ocupação feminina, com variações menores, se mantendo em torno de 92.2% a 96.4%.

2. Setores com baixa ocupação feminina:

Construção (Área 3): Este setor apresenta uma das menores taxas de ocupação feminina, variando entre 2.8% e 4.2%, refletindo a tradicional predominância masculina na construção civil.

Indústria geral (Área 2): A taxa de ocupação feminina neste setor é relativamente baixa, variando de 14.6% a 16.1%.

3. Setores com mudanças significativas:

Alojamento e alimentação (Área 6): Este setor mostra um aumento gradual na ocupação feminina, passando de 52.0% em 2016 para 56.5% em 2023.

Transporte, armazenagem e correio (Área 5): A ocupação feminina neste setor também mostra um aumento, de 17.9% em 2016 para 22.0% em 2023.

4. Setor de "Atividades Mal Definidas" (Área 12):

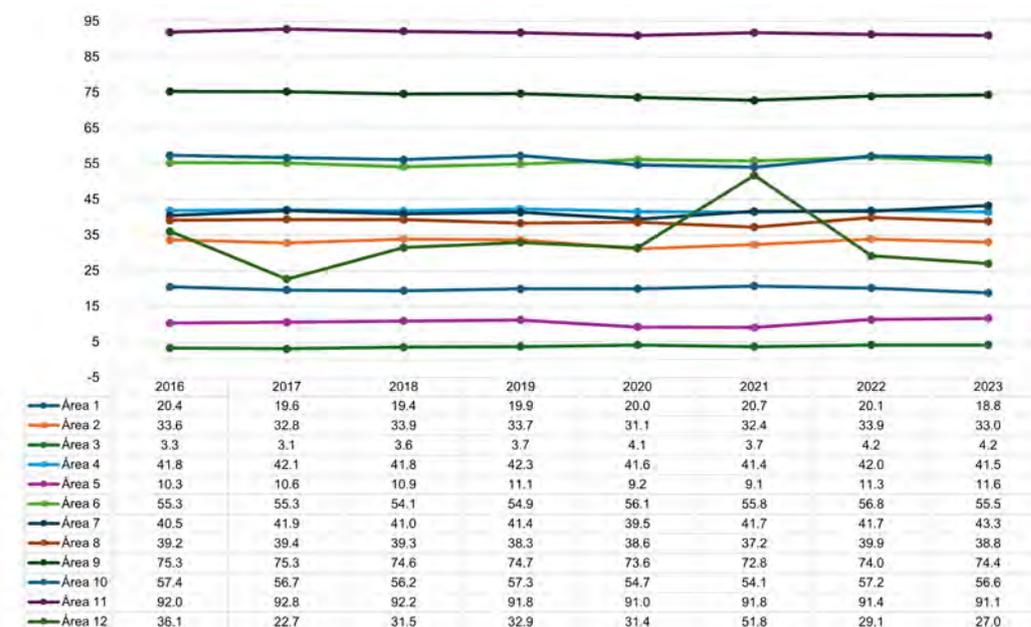
Este setor apresentou um aumento significativo durante a pandemia da Covid-19, com a taxa de ocupação feminina subindo de 32.9% em 2016 para 51.8% em 2020. Após a pandemia, a taxa diminuiu para 27.0% em 2023. Esse aumento pode ser atribuído a várias razões, incluindo o desemprego e a busca por alternativas no setor informal ou em trabalhos temporários, o fechamento de empresas e a necessidade de empregos com maior flexibilidade, além do aumento do empreendedorismo informal durante a crise econômica.

A pandemia da Covid-19 teve um impacto variado nos setores. Por exemplo, o setor de Educação, saúde humana e serviços sociais (Área 9) mostra estabilidade, enquanto setores como Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (Área 4) tiveram flutuações, mas com recuperação subsequente.

Setores tradicionalmente femininos, como Educação, saúde humana e serviços sociais (Área 9) e Serviços domésticos (Área 11), continuam a ser dominados por mulheres, refletindo estereótipos de gênero e segregação ocupacional. Em contraste, setores tradicionalmente masculinos, como Construção (Área 3) e Indústria geral (Área 2), ainda apresentam baixa ocupação feminina, indicando barreiras significativas para a entrada e permanência de mulheres nesses campos. Além disso, o setor de Atividades Mal Definidas apresentou um aumento durante a pandemia, destacando a vulnerabilidade das mulheres no

mercado de trabalho e a necessidade de políticas de suporte para trabalhadores informais e temporários.

Figura 4.6: Percentual de mulheres ocupadas por setor econômico (2016-2023) (em %)



Fonte: Estimativas próprias baseadas na PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração própria.

Tabela 4.1: Grupamentos Ocupacionais e de Atividade

Área	Descrição
Área 1	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura
Área 2	Indústria geral
Área 3	Construção
Área 4	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
Área 5	Transporte, armazenagem e correio
Área 6	Alojamento e alimentação
Área 7	Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas
Área 8	Administração pública, defesa e seguridade social
Área 9	Educação, saúde humana e serviços sociais
Área 10	Outros Serviços
Área 11	Serviços domésticos
Área 12	Atividades mal definidas

Fonte: Elaboração própria.

5 Conclusão

O objetivo deste trabalho foi apresentar alguns aspectos da desigualdade no mercado de trabalho entre homens e mulheres no Brasil, entender como a pandemia afetou a participação das mulheres e, por fim, analisar com mais detalhes, com base em dados, os determinantes das perdas de ocupação desse grupo específico em comparação aos homens. Observamos que a pandemia foi prejudicial para todos, em termos de oportunidades de trabalho e renda. A crise de 2020 se reflete nos indicadores de mercado de trabalho de forma bastante intensa e atípica mesmo na comparação com o período da crise anterior em 2016.

No entanto, certos grupos demográficos se tornaram mais vulneráveis durante a crise econômica, social e de saúde, sofrendo mais com as perdas ocupacionais. Em períodos de instabilidade econômica, grupos predominantemente empregados em trabalhos informais, serviços não essenciais ou de menor renda tendem a ser mais suscetíveis a perderem seus empregos. Além disso, a pandemia de Covid-19 trouxe fatores agravantes adicionais, como insegurança econômica, isolamento social e fechamento de estabelecimentos importantes, como escolas e creches. Dessa forma, é evidente que as mulheres, que já apresentavam taxas de desemprego mais elevadas, podem ter sido mais fortemente afetadas pela pandemia, exacerbando ainda mais a desigualdade de gênero.

Em relação às mulheres, como já apresentam grande desvantagem nos indicadores de participação do mercado de trabalho e como a desigualdade manteve-se, a situação ficou ainda mais exposta. A relativa estabilidade das taxas de ocupação durante o período analisado sugere uma resiliência das mulheres no mercado de trabalho, independente das crises econômicas ou sanitárias, como a pandemia da Covid-19.

É preocupante que, mesmo com níveis mais altos de educação e qualifi-

cação, as mulheres ainda enfrentam desigualdades significativas em termos de ocupação e taxa de participação no mercado de trabalho em comparação aos homens. Essas observações fornecem uma visão clara das relações entre nível de instrução e taxa de ocupação feminina, destacando a importância de políticas que promovam a educação e formação contínua para melhorar a participação feminina no mercado de trabalho.

A desigualdade de gênero é profundamente enraizada em muitas sociedades, refletindo-se em práticas de contratação, oportunidades de promoção e distribuição de cargos de liderança. Mesmo mulheres altamente qualificadas podem enfrentar barreiras sistêmicas que limitam suas oportunidades no mercado de trabalho. A discriminação de gênero, seja consciente ou inconsciente, pode afetar negativamente a contratação, remuneração e promoção de mulheres. Isso pode resultar em menos oportunidades de emprego e menores taxas de participação para as mulheres.

As mulheres geralmente assumem uma maior parcela das responsabilidades de cuidado de crianças, idosos e tarefas domésticas, o que pode limitar sua disponibilidade para o trabalho em tempo integral ou para assumir cargos que exigem mais horas de dedicação. Muitas mulheres estão concentradas em setores e ocupações tradicionalmente femininas, que frequentemente oferecem menos oportunidades de crescimento e são menos remuneradas em comparação com setores dominados por homens.

A subutilização do potencial feminino no mercado de trabalho representa uma perda econômica significativa. Maior participação e igualdade de oportunidades para as mulheres podem impulsionar a produtividade e o crescimento econômico. Por isso a necessidade de políticas específicas que abordem as barreiras enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho, especialmente em resposta a crises. Políticas como suporte para creches, incentivos para empregadores para contratação equitativa, e programas de treinamento e educação direcionados podem ajudar a mitigar esses efeitos desproporcionais e promover

uma recuperação mais equilibrada entre os gêneros. Promover uma mudança cultural que valorize e apoie a participação feminina no mercado de trabalho, desafiando estereótipos de gênero e incentivando a partilha igualitária de responsabilidades domésticas. Essas ações podem ajudar a fechar a lacuna de gênero no mercado de trabalho, garantindo que as mulheres possam competir em pé de igualdade com os homens, independentemente de seu nível de educação ou qualificação.

6

Referências bibliográficas

ADAMS-PRASSL, A. et al. **Inequality in the impact of the Coronavirus shock: evidence from real time surveys**. Bonn, Germany, 2020. IZA Discussion Paper, No. 13183. Disponível em: <<https://docs.iza.org/dp13183.pdf>>.

ALON, T. et al. The impact of the coronavirus pandemic on gender equality. **NBER Working Paper No. 26947**, National Bureau of Economic Research, 2020.

ALON, T. et al. **The Impact of COVID-19 on Gender Equality**. [S.l.], 2020. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/nbr/nberwo/26947.html>>.

BARBOSA, A. L. N. d. H.; COSTA, J. S. d. M.; HECKSHER, M. D. Mercado de trabalho e pandemia da covid-19: ampliação de desigualdades já existentes? Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 07 2020. Tipo: Mercado de trabalho: conjuntura e análise - Artigos. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10186>>.

DRAGO, H.; MOURA, G.; MARCHI, J. A crise econômica mundial de 2008 e o reflexo sobre as instituições bancárias brasileiras. **Revista Estudo & Debate**, v. 24, 04 2017.

GOLDIN, C. Understanding the economic impact of covid-19 on women. **Brookings Papers on Economic Activity**, n. Spring, p. 65–110, 2022 2022.

GOLDIN, C.; KERR, S. P.; OLIVETTI, C. The impact of covid-19 on gender equality. **Brookings Papers on Economic Activity**, 2021.

GOLDIN, C.; KERR, S. P.; OLIVETTI, C. The other side of the mountain: Women's employment and earnings over the family cycle. In: INSTITUTE FOR FISCAL STUDIES (IFS). **IFS Deaton Review of Inequalities**. London, England: Institute for Fiscal Studies (IFS), 2021.

IBGE. **PNAD Contínua: Indicadores Trimestrais - Janeiro a Março de 2023**. [S.l.], 2023. Acesso em: 29 jun. 2024. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Fasciculos_Indicadores_IBGE/2023/pnadc_202301_trimestre_caderno.pdf>.

International Labour Organization. **New data shine light on gender gaps in the labour market**. 2020. <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_870519.pdf>. Accessed: 2023-09-30.

JESUS, M. S. d. **A participação da mulher no mercado de trabalho no Brasil**. Dissertação (Dissertação Mestrado) — Universidade de Brasília, Brasília, DF, Fevereiro 2017.

MACEDO, N. G. d. R.; PINHEIRO, L. S. Determinantes da participação das mulheres brasileiras na força de trabalho durante a pandemia da covid-19. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise - Artigos**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), p. 43–58, 04 2022. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11175>>.

SOARES, S.; OSÓRIO, R. G. Desigualdade de renda no Brasil: a contribuição das mulheres. **Revista de Economia Contemporânea**, ANPEC, v. 10, n. 2, p. 339–360, 2006.

SOARES, S. S. D. et al. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004**. Brasília, BR, 2006. 27 p. Texto para Discussão (TD) 1166. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1670>>.

SOUZA, P. Gênero e desigualdade no mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Economia**, FGV, v. 70, n. 1, p. 3–22, 2016.

SOUZA, P. H. G. F. de. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. Tese (Tese de Doutorado) — Universidade de Brasília, Brasília, DF, Setembro 2016. Disponível em <<http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/22005>>.